

SEM HONRA, NEM GLÓRIA

Pedro Aires Oliveira

MARIA MANUEL STOCKER

Xeque-Mate a Goa

Lisboa,
Temas & Debates,
2005, 288 páginas

Em Julho de 1946, um Winston Churchill inconsolado com a política «capitulacionista» seguida pelo governo de Attlee face aos inimigos do Raj britânico, trocou algumas impressões com o duque de Palmela, embaixador de Portugal em Londres, sobre o futuro de Goa. Familiarizado com as palavras de alento que Nehru acabara de dirigir aos patriotas goeses, o ex-primeiro-ministro britânico desabafou: «Vocês não podem de lá sair sem protestar, violentamente; tudo o que puderem fazer com esse fim é bem feito, mas abandonando os ingleses a Índia que podem vocês lá fazer? Só a Rússia pode ganhar com essa atitude»¹.

A advertência de Churchill não parece ter causado grande impressão em Lisboa. Embora conhecendo a hostilidade dos líderes nacionalistas indianos à permanência de Portugal no subcontinente, Salazar estava pouco interessado em acelerar o fim da «era de Vasco da Gama na história da Índia» (K. M. Panikkar). Os trunfos de que dispunha para resistir às pressões indianas eram escassos e o ditador português estava perfeitamente ciente

de que, num cenário de confronto militar, a força superior da Índia seria sempre o factor decisivo – como veio efectivamente a acontecer, em Dezembro de 1961.

O choque entre dois nacionalismos irreductíveis – o indiano e o português – é o tema principal de *Xeque-Mate a Goa*, de Maria Manuel Stocker (MMS), socióloga de formação que há uns anos atrás trocou uma carreira no jornalismo pela investigação histórica. Até aqui, o tema tinha sido tratado numa perspectiva memorialística por alguns dos protagonistas e testemunhas do fim da Índia portuguesa², mas ninguém o abordara ainda de forma mais distanciada e crítica e, sobretudo, com o recurso a materiais de arquivo nacionais e estrangeiros.

Um primeiro aspecto digno de elogio é, justamente, o trabalho da autora com as fontes primárias. Numa investigação de vários anos, MMS consultou alguns dos principais arquivos estrangeiros relevantes para esta temática (na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e na Índia)³ e efectuou todas as diligências possíveis para aceder aos núcleos documentais portugueses

mais importantes. Aliás, foi graças à sua persistência que, em finais dos anos 90, se veio a saber que as actas do Conselho de Estado anteriores a 1975 tinham desaparecido do Palácio de Belém, encontrando-se ainda em parte incerta. Assim, este é o primeiro trabalho a usar os relatórios militares sobre a queda de Goa, Damão e Diu depositados em condições muito precárias no Forte de São Julião da Barra e a cruzar de forma sistemática documentos oficiais de proveniência muito diversa, espalhados por mais de uma dezena de arquivos.

É claro que a versão oficial do regime sobre os acontecimentos que levaram à queda de Goa (veiculada pelos trabalhos do embaixador Franco Nogueira, ou pela colectânea *Dez Anos de Defesa do Estado Português da Índia*, organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros em finais dos anos 60) há muito que vinha sendo corrigida pela historiografia mais recente, mas faltava-nos ainda uma síntese que unisse as diversas pontas deste episódio da nossa crise colonial e as fundisse numa narrativa articulada. Ela aqui está.

MAIS DO QUE UM DUELO DE TITÃS

Um outro aspecto meritório de *Xeque-Mate a Goa* é a forma competente como a autora equaciona as várias dimensões do problema, evitando reduzi-lo a uma espécie de duelo de Titãs (Salazar versus Nehru). MMS fez um esforço sério para combinar a perspectiva da «alta política» (as manobras diplomáticas, a planificação militar, os desenvolvimentos internacionais) com a análise das dinâmicas demográficas, sociais, culturais e religiosas presentes na

sociedade goesa. Procurou também situar as opções do líder português e do primeiro-ministro indiano no contexto cultural e político dos respectivos regimes e das suas mitologias nacionais. Por fim, tratou de estabelecer as ligações indispensáveis entre o conflito luso-indiano e algumas das transformações de fundo na política internacional do pós-II Guerra Mundial (a vaga descolonizadora na Ásia e em África, o declínio do poderio britânico, a Guerra Fria, a emergência do Movimento dos Não-Alinhados), sem nunca perder de vista as oscilações conjunturais que foram ampliando ou encurtando a margem de manobra dos protagonistas desta história.

A estrutura da obra é equilibrada e não merece grandes reparos. Embora o primeiro capítulo pudesse talvez recuar um pouco mais na análise às relações entre o domínio português em Goa e a evolução política do resto da Índia, a autora fez bem em não sobrecarregar os leitores com uma retrospectiva histórica demasiado densa. Com efeito, o cerne do livro aborda o período compreendido entre os anos de 1945 e 1961, ou seja, entre o desmantelamento do Raj britânico (completado com a independência da Índia e do Paquistão, em Agosto de 1947) e os acontecimentos que puseram fim aos 450 anos de presença portuguesa no subcontinente. A disputa luso-indiana, desencadeada pelo desejo do governo de Nova Deli de proceder à liquidação das últimas possessões estrangeiras na Índia (as portuguesas e as francesas), desenrolou-se em três fases distintas.

A primeira foi a dos equívocos diplomáticos. Da parte de Nehru e dos dirigentes indianos parece ter havido a esperança de

que Portugal se vergaria à realidade dos factos e acabaria por procurar uma solução negociada para a transferência dos seus territórios, a exemplo do que os franceses estavam a fazer em relação a Pondicherry e aos seus restantes enclaves. Da parte de Salazar havia menos ilusões quanto à possibilidade de a Índia aceitar a continuidade da soberania portuguesa. O seu objectivo primordial ao estabelecer relações diplomáticas com Nova Deli em 1948 parece ter sido apenas o de comprar algum tempo e aguardar que a situação internacional evoluísse a seu favor. Os indianos não tardaram a perceber que tinham pela frente um interlocutor inflexível, e ao fim de quatro anos de contactos diplomáticos infrutíferos decidiram mudar de tática.

A partir de 1953-1954 optam então por colocar pressão sobre Portugal através de duas maneiras: por um lado, decretando um bloqueio económico aos seus territórios e dificultando ao máximo a circulação de pessoas entre Goa, Damão e Diu; por outro, encorajando a contestação ao domínio português através de acções inspiradas na filosofia não-violenta de Gandhi (o movimento *satyagraha*), as quais viriam a culminar na ocupação dos enclaves portugueses de Dadrá e Nagar-Aveli, em Julho de 1954.

Por esta altura, Salazar constatará já que uma das premissas da sua estratégia original jazia em ruínas – a expectativa de que a Grã-Bretanha se empenharia em perpetuar a sua hegemonia na região através de uma política de divisão e enfraquecimento da Índia, a qual se traduziria num apoio ao Paquistão, aos principados independentes

e, eventualmente, a Portugal e à França. Ora, a verdade é que nunca os governos de Londres ponderaram a sério essa hipótese e desde muito cedo privilegiaram uma política de reforço dos laços com Nova Deli, consubstanciada no convite endereçado à Índia em 1949 para aderir à Commonwealth. Imbuídos de uma visão da política internacional mais próxima das realidades do século XIX, Salazar e a elite diplomática portuguesa tardaram em perceber o sentido da metamorfose operada na política imperial britânica no pós-II Guerra Mundial (o abandono pragmático do controlo a favor da influência), bem como as implicações que daí poderiam advir para a aliança luso-britânica, nomeadamente a impossibilidade de Londres tomar partido a favor de Portugal num confronto com outro estado-membro da Commonwealth – posição comunicada pelo governo de Churchill a Lisboa no Verão de 1954.

A partir de finais de 1960, começou a contagem decrescente para a intervenção militar indiana. Nehru sabia que o recurso à força teria um preço: enfraqueceria a sua reputação de estadista «moderado» e «responsável» junto do Ocidente e anularia a pose moralista que gostava de exibir nos palcos internacionais. No entanto, em 1960-1961, o preço a pagar pela inacção teria sido mais elevado. Com o acesso à independência de mais de dez novos estados africanos, os inimigos do colonialismo, agora largamente maioritários na ONU, redobram a sua pressão sobre potências como Portugal. E com a URSS de Khrushchev disposta a jogar uma cartada forte nesta matéria, as potências ocidentais tinham de estar atentas às aspirações e

sensibilidades dos estados afro-asiáticos. Graças à sua postura equidistante em relação aos dois blocos, a jovem democracia indiana era vista como uma peça-chave no tabuleiro asiático da Guerra Fria. Mas para conservar a sua posição preponderante no seio do Movimento dos Não-Alinhados, Nehru sabia que tinha de reafirmar as suas credenciais anticoloniais – se não o fizesse, corria o sério risco de ser destronado pela China, com a qual desenvolvera uma relação de intensa rivalidade nos últimos anos. A nível interno, a humilhação infligida a uma potência colonial europeia seria também um trunfo importante, especialmente numa altura em que a supremacia do Partido do Congresso começava a acusar alguns sinais de desgaste (a invasão de Goa foi descrita como «a guerra de Krishna Menon», devido ao desejo de o ministro da Defesa de conquistar os favores dos cerca de 100 mil indianos de ascendência goesa, na sua maioria pró-anexação, do círculo eleitoral de Bombaim Norte, onde Menon disputava um lugar de deputado nas eleições de 1962).

A ESTRATÉGIA DE VITIMIZAÇÃO

Se nenhum destes sinais era difícil de interpretar, porque prosseguiu Salazar uma estratégia de imolação em Goa? O seu biógrafo, Franco Nogueira, justificou-a com base na convicção do líder português de que a revelação de uma agressão iminente a Goa perante a opinião mundial obrigaria Nehru a recuar, pois este não desejaria hipotecar a sua reputação de paladino dos ideais da não-violência. Esta tese, que procurava exonerar Salazar de quaisquer responsabilidades pela presta-

ção militar portuguesa em 18 de Dezembro de 1961 (a derrota ficou consumada em menos de trinta e seis horas, quando Salazar tinha exigido quase uma semana de «resistência heróica» a Vassalo e Silva), ganha novas *nuanças* com este estudo.

De forma meticulosa, MMS demonstra como a partir de finais da década de 1950, no seio das cúpulas políticas e militares do regime, se foi definindo uma estratégia de antecipação das guerras coloniais, que, por constrangimentos de vária ordem, não permitia que meios eficazes de defesa fossem afectos ao Estado da Índia. Simplesmente, essa preparação militar não podia aparecer dissociada da política imperial do Estado Novo, assente na defesa intransigente da unidade pluricontinental da nação. Para acautelar a consistência desta doutrina, Goa poderia ser «perdida», mas nunca «entregue». Daí a «estratégia de vitimização» montada por Salazar e que MMS tão bem descreve nas suas várias dimensões: a diplomática, a militar e a cultural. Esta última – materializada na gigantesca campanha de ocultação desenvolvida pelo regime em relação às circunstâncias que rodearam *débâde* em Goa – foi especialmente decisiva para Salazar conseguir sobreviver à queda da primeira peça do dominó imperial português.

Numa perspectiva de mais longo prazo, porém, a estratégia do velho ditador encerrava vários perigos – os militares portugueses poderiam não estar disponíveis para voltarem a ser os bodes expiatórios do regime e da sua falta de imaginação política. Nesse sentido, o «espectro de Goa» nunca mais deixou de assolar as relações entre a instituição militar e o

poder político, acabando mesmo por estar na origem da ruptura entre Marcelo Caetano e Spínola a propósito da estratégia a seguir na Guiné, um dos eventos que conduziram ao 25 de Abril.

Apesar das suas inúmeras qualidades, *Xeque-Mate a Goa* não está isento de alguns reparos. Alguns de natureza mais formal. O trabalho de edição, por exemplo, poderia ter sido mais cuidado, especialmente ao nível das notas de rodapé: as referências a documentos citados estão demasiado incompletas, dificultando a curiosidade de quem queira usar o livro para outras pesquisas. Algumas informações da PIDE com erros óbvios (a que refere Mário Pinto de Andrade como «dirigente da UPA», ou a que confunde o escritor Urbano Tavares Rodrigues com o seu irmão Miguel Urbano Rodrigues) não deveriam ser mencionadas sem a devida ressalva. Embora isso encareça sempre as edições, a inclusão de alguns mapas e de um índice remissivo valorizaria bastante uma obra com estas características.

É também uma pena que a autora não tenha aprofundado outras questões. A forma brutal como o regime lidou com Vassalo e Silva e os seus colaboradores mais próximos⁴, por exemplo, justificava

um tratamento mais desenvolvido, até porque a memória dessa punição nunca deixou de atormentar os militares portugueses nos anos seguintes. As dissonâncias entre sectores da elite do regime sobre a resposta mais adequada a dar ao avulmar das tensões com Nova Deli a partir de 1954 (solução negociada, referendo ou resistência militar), e as hesitações patenteadas por Salazar em alguns momentos, mereciam também, em nosso entender, um outro destaque. É também uma pena que o livro não seja rematado por uma reflexão mais vasta sobre as consequências da política de Salazar nas relações de Portugal com a Índia após 1974. A avaliar pelas reacções de parte a parte aquando das comemorações da chegada de Vasco da Gama à Índia em 1998, tudo aponta para que haja ainda demasiadas feridas por sarar, as quais só poderão ser superadas por uma intensificação dos contactos culturais entre os dois países.

Em suma: MMS pode não ter dito a última palavra sobre o fim da Índia portuguesa – em história, de resto, isso é coisa que não existe. Mas estamos certos que, daqui em diante, o seu livro será o ponto de partida obrigatório para quaisquer futuras investigações que venham a ser realizadas sobre este tema. **RJ**

NOTAS

¹ ANTT/AOS/CD-11. Apontamento de conversa do duque de Palmela com W. Churchill, 24 de Julho de 1946.

² Entre as obras mais relevantes, podíamos citar, do lado português, AZEREDO, Carlos – *Trabalhos e Dias de Um Soldado do Império*. Porto: Civilização, 2004, MORAIS, Carlos Alexandre – *A Queda da Índia Portuguesa*. Lis-

boa: Estampa, 1995, LIMA, António Correia de – *O Fim dos Séculos. Goa, Damão e Diu*. Venda Nova: Bertrand, 1997, e do lado indiano, GAITONDE, P. D. – *The Liberation of Goa. A Participant's View of History*. Londres: Christopher Hurst & Co., 1987.

³ Dos arquivos indianos, porém, a consulta restringiu-se ao Arquivo Histórico de Goa e

ao Xavier Center for Historical Research, também em Goa.

⁴ Sobre este assunto, veja-se o excelente documentário «Vitória ou Morte», realizado por Pedro Madeira, neto do chefe de estado-maior do general Vassalo e Silva, exibido em 2003 pela RTP2.